

**ATA NÚMERO 118/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

Em 26 de abril de 2017, pelas 10.00, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**10.00H**

1. **Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa;**
2. **Apreciação e votação das atas n.º 112 e 113;**
3. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 298/XIII/2.<sup>a</sup> – *Solicitam a identificação de práticas de misseling, bem como a condenação das propostas comerciais apresentadas pelo Novo Banco, S.A.;*  
**Cabe ao PSD****
4. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 301/XIII/2.<sup>a</sup> – *Solicita a criação de regras que permitam a antecipação de pagamentos ao Estado;*  
**Cabe ao PS****
5. **Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - *Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849 - e sobre a Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847;*  
**Autora: Mariana Mortágua (BE)****
6. **Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - *Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;*  
**Autora: Cecília Meireles (CDS-PP)****

7. **Discussão e votação do Relatório sobre a Petição n.º 178/XIII/2.<sup>a</sup> - *Criação de uma plataforma fiscal centralizada, que permita a obrigatoriedade de indicação do n.º de contribuinte em qualquer suporte, de documentos, e sistemas operativos de faturação ou de serviços público e privado, impossibilitando tirar a fatura ou outro documento sem indicar o número de contribuinte;***  
**Relator: António Ventura (PSD)**
  
8. **Discussão e votação do requerimento do PCP - *Constituição de um Grupo de Trabalho na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa para avaliação do endividamento público e externo;***
  
9. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 784/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - *Recomenda ao Governo que elimina as discriminações existentes em sede de IRS referentes ao exercício das responsabilidades parentais;***
  
10. **Discussão e votação do requerimento do CDS-PP - *Solicitação à UTAO de um estudo sobre a reavaliação de ativos;***
  
11. **Outros assuntos.**

Ainda antes do início dos pontos da Ordem do Dia, a Senhora Presidente sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho relacionado com a regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental, informando ainda que o Banco Central Europeu (BCE) solicitou uma prorrogação do prazo para se pronunciar sobre duas iniciativas legislativas

#### **1. Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.**

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e à sua equipa, enquadrando a respetiva audição n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, após o que deu a palavra à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Hortense Martins (PS), Paulino Ascensão (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e ambos os Secretários de Estado respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Ricardo Leão (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP). Usou ainda da palavra o Senhor Deputado António Ventura (PSD). A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e os Secretários de Estado responderam ao conjunto das intervenções.

Na terceira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Ricardo Leão (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e os Secretários de Estado efetuado uma intervenção final de resposta conjunta às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

## **2. Apreciação e votação das atas n.º 112 e 113;**

As atas foram aprovadas por unanimidade.

## **3. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 298/XIII/2.<sup>a</sup> – *Solicitam a identificação de práticas de misseling, bem como a condenação das propostas comerciais apresentadas pelo Novo Banco, S.A.*;**

**Cabe ao PSD;**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que o PSD indicaria mais tarde o nome do relator, notando que, e tendo em conta os pedidos apresentados pelos peticionários, o relator, a Comissão e a Assembleia da República não poderão ser condicionados pelos pedidos, notando a Senhora Presidente que esses pedidos deverão, naturalmente, ser escrutinados.

## **4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 301/XIII/2.<sup>a</sup> – *Solicita a criação de regras que permitam a antecipação de pagamentos ao Estado*;**

**Cabe ao PS;**

O PS indicou o Senhor Deputado Ricardo Leão.

**5. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - *Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849 - e sobre a Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847;***

**Autora: Mariana Mortágua (BE)**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o parecer de que foi autora.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) saudou a autora do parecer e perguntou à Senhora Presidente como estava a questão de passar estas duas iniciativas para a COFMA, de forma a enquadrá-las no GT já constituído (combate à criminalidade económica, financeira e fiscal), tendo a Senhora Presidente afirmado já ter falado com o Senhor Presidente da Assembleia da República, no sentido de as mesmas baixarem à COFMA na especialidade, mas que iria insistir nessa questão.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) assinalou uma imprecisão no parecer da Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV), após o que o mesmo foi aprovado por unanimidade.

**6. Discussão e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV) - *Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;***

**Autora: Deputada Cecília Meireles (CDS-PP);**

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer de que foi autora.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) saudou a autora do parecer e propôs que também esta iniciativa fosse integrada no GT acima mencionado.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

**7. Discussão e votação do Relatório sobre a Petição n.º 178/XIII/2.<sup>a</sup> - *Criação de uma plataforma fiscal centralizada, que permita a obrigatoriedade de indicação do nº de contribuinte em qualquer suporte, de documentos, e sistemas operativos de faturação ou de serviços público e privado, impossibilitando tirar a fatura ou outro documento sem indicar o número de contribuinte;***

**Relator: António Ventura (PSD).**

O ponto foi adiado.

**8. Discussão e votação do requerimento do PCP - Constituição de um Grupo de Trabalho na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa para avaliação do endividamento público e externo;**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o requerimento, sintetizando os argumentos aí expendidos. O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) manifestou a não oposição do PSD, embora discordando da forma como o PCP colocou a questão. Recordou uma proposta do PSD de constituição de uma Comissão Eventual sobre o financiamento da Segurança Social e desejou que o PCP modere as suas propostas, tal como, defendeu, fez o BE, referindo-se ao Grupo de Trabalho constituído entre PS e BE. Sustentou que valerá a pena pedir o cálculo das poupanças alcançadas pelo Governo anterior, como redução de juros, recálculo de prazos, reembolsos antecipados e substituição de dívida.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) manifestou o apoio do PS à proposta, notando que é um assunto essencial para o futuro do país. Defendeu que o relatório do Grupo de Trabalho entre PS e BE é o trabalho mais aprofundado sobre dívida pública nos últimos anos, em Portugal, sugerindo que o mesmo seja distribuído (tendo a Senhora Presidente dado essa indicação) e acrescentando que o mesmo não contradiz as perspetivas de PS e BE. Declarou que pretende ouvir propostas de PSD e CDS-PP, com vista a um diálogo construtivo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) sublinhou que o tema deve ser encarado com seriedade, afirmando que se conhecem as medidas tomadas pelo anterior Governo mas que o relatório mencionado não tem propostas, apenas premissas eventuais. Sustentou que o BE mudou de posição e declarou que o CDS-PP não se oporá ao requerimento. No âmbito do GT, notou que pretenderá ouvir ex-Ministros responsáveis pela dívida pública.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou apoiar o requerimento, defendendo que se deve identificar o problema, analisá-lo tecnicamente, estudar as causas e identificar alternativas, afastando-se a discussão de provocações que não elevam o nível do debate.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), referindo que não brinca com coisas sérias, frisou que há uma diferença entre tomar medidas e estudar antes de fundamentar politicamente as medidas e que o trabalho efetuado o foi em prol do país. Considerou que, na Assembleia da República, há Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e GT para fazer folclore político e CPI e GT para efetuar trabalho sério.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) reiterou que discorda de algumas das propostas do relatório, afirmando reconhecer a vários dos signatários o mérito de terem abandonado propostas radicais e defendendo que as políticas em vigor tornam a situação insustentável. Realçou que o não aceita que o BE não aceite o escrutínio das sua visão, qualificando-a de moralista e declarou que, com o atual Governo, os custos do endividamento subiram 30%, recordando novamente as medidas tomadas pelo anterior Governo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou pouco razoável que a proposta de constituição deste GT seja efetuada no dia em que a proposta para criação de uma Comissão Eventual com o mesmo

objeto tenha sido chumbada e afirmou que não pode levar a sério um relatório cujas conclusões são mais suaves do que as medidas tomadas pelo Governo anterior.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou que o PCP leva este assunto muito a sério e que o mesmo merecia a criação de uma Comissão Eventual. Declarou pretender que seja levado a cabo um trabalho sério, dado haver concordância de que o mesmo é grave. Recordou a Conferência sobre Dívida Pública realizada em 2014, na Assembleia da República e manifestou o desejo de que seja produzido um conhecimento aprofundado sobre esta matéria.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor de PS, BE e PCP e a abstenção de PSD e CDS-PP.

**9. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 784/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo que elimina as discriminações existentes em sede de IRS referentes ao exercício das responsabilidades parentais;**

A redação final foi fixada sem votos contra, com aceitação das sugestões da DAPLEN.

**10. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP - Solicitação à UTAO de um estudo sobre a reavaliação de ativos**

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o requerimento, sintetizando o seu teor.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) declarou que o PS acompanhava o requerimento, apesar de não concordar com a maioria dos considerandos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) afirmou que subscreve o requerimento, mais enfaticamente ainda depois da audição efetuada no dia anterior.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sublinhou que tem existido uma grande incidência de pedidos à UTAO e que se deve refletir sobre os recursos ao dispor da UTAO. Declarou ainda não se rever na maioria dos considerandos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) realçou que esta é uma reflexão importante e que, sem condicionar o trabalho da UTAO, a mesa deve aferir se os recursos da UTAO devem ser reforçados, manifestando a disponibilidade do PSD para apoiar esse reforço, se necessário.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) manifestou concordância com o requerimento e com o aferir, junto da UTAO, da adequação dos seus meios.

A Senhora Presidente referiu que entrará em contacto com o Coordenador da UTAO para este efeito.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.



**11. Outros assuntos.**

A Senhora Presidente informou que, relativamente ao pedido do BCE já mencionado no início da reunião, irá comunicar ao BCE que se aguardará o parecer, sem prejuízo de a COFMA avançar com o processo legislativo se assim o entender.

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2017

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

**Reunião de 10 de maio de 2017**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
António Ventura  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eurico Brilhante Dias  
Fernando Anastácio  
Hortense Martins  
Inês Domingos  
Jamila Madeira  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Mariana Mortágua  
Paulino Ascensão  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Rubina Berardo  
Teresa Leal Coelho  
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva